

J. P. REMÉDIO MARQUES

AÇÕES COLETIVAS AÇÕES POPULARES

ALGUNS PROBLEMAS PROCESSUAIS
E O SEU FINANCIAMENTO
POR TERCEIROS



AB VNO AD OMNES

Coimbra Editora

ÍNDICE

Prefácio.....	5
Abreviaturas.....	7

INTRODUÇÃO

1. Introdução. Os problemas.....	9
1.1. A massificação e a complexidade dos litígios.....	9
1.2. A denominação <i>reparação coletiva</i> (inibitória ou ressarcitória).....	11
1.3. O funcionamento geral e a teleologia dos mecanismos processuais de reparação coletiva.....	13
1.4. A Ação Popular Administrativa: remissão.....	20
1.5. Nota prévia sobre o alcance do caso julgado material e a inspiração do regime jurídico português nos E.U.A.	22
1.6. A enunciação dos problemas processuais objeto de análise.....	25

CAPÍTULO I

ALGUNS PROBLEMAS PROCESSUAIS

2. O recorte finalístico: interesses suscetíveis de proteção: na LAP e no Decreto-Lei n.º 114-A/2023.....	33
2.1. <i>Homogeneidade e identidade mínimas do núcleo essencial</i> de factos controvertidos.....	35
2.2. A especialidade dos direitos e interesses protegido pelo DL 114-A/2023 face à LAP e as diferenças respeitantes à legitimidade processual ativa, em particular relativamente às “entidades qualificadas”.....	49
2.3. O <i>recorte funcional das pretensões</i> e a falta de harmonização na União Europeia, apesar da Diretiva 2020/1818.....	55
3. A atual ação popular (1995) e a ação coletiva representativa (2023). Bosquejo histórico e apreciação crítica.....	57
4. Legitimidade processual: substituição processual, representação, legitimidade originária específica?.....	61

5. Competência internacional direta.....	63
5.1. Competência dos tribunais do Estado-Membro da sede da entidade qualificada?.....	65
5.2. Competência dos tribunais que forem escolhidos pela entidade qualificada ou pela pessoa coletiva legitimada a agir.....	69
5.3. Competência dos tribunais do Estado-Membro do <i>centro de interesses do autor</i> popular entidade qualificada?.....	70
5.4. O critério especial do artigo 7.º, n.º 2, do Regulamento Bruxelas I-bis.....	73
5.5. Competência do tribunal do Estado-Membro do <i>centro de gravidade da multiplicidade de contratos</i> celebrado com os consumidores aleadamente lesados?.....	76
5.6. Competência <i>exclusiva</i> dos tribunais do Estado-Membro do domicílio do demandado?.....	77
5.7. Pistas orientadoras.....	79
6. Tutela inibitória, tutela ressarcitória e ação coletiva transfronteiriça.....	80
7. Direitos processuais do consumidor ou titular do interesse “representado”, obrigações da entidade qualificada e poderes do tribunal.....	84
8. Distinção da ação coletiva «representativa» relativamente à figura da <i>cedência do direito de ação, da transmissão do crédito ou coisa litigiosa e da cessão de pretensão indemnizatória</i> dependente da procedência de ação <i>ainda não proposta</i>	86
9. Litispendência.....	93
9.1. Generalidades; algumas insuficiências do regime atual.....	93
9.2. Finalidade do regime jurídico.....	97
9.3. A <i>noção autónoma</i> de litispendência no Processo Civil da União Europeia.....	97
9.4. Concretização na ação coletiva/ação popular.....	101
10. Ações coletivas <i>versus</i> ações individuais e litispendência.....	107
11. A propositura ou a pendência de várias ações coletivas (<i>ações coletivas paralelas</i>).....	110
12. Litispendência entre <i>ações coletivas</i> para a defesa de <i>interesses individuais homogéneos</i> e as correspondentes <i>ações individuais</i> ?.....	112
13. Litispendência entre <i>ações coletivas</i> para a tutela de <i>interesses difusos stricto sensu</i> e <i>ações individuais</i> ?.....	115
14. Caso julgado; eficácia <i>erga omnes in utilibus</i> ; a fragmentação dos regimes jurídicos, em particular, no direito da concorrência e no regime das cláusulas contratuais gerais. A extinção da ação por meio de transação....	116
14.1. Caso julgado na ação coletiva <i>inibitória versus</i> caso julgado na ação coletiva <i>ressarcitória</i> e caso julgado na <i>mesma ação coletiva</i> quando há <i>cumulação</i> de pretensões.....	127
14.2. Proposta no direito a constituir.....	130
14.3. Modelo opt-in <i>versus</i> modelo opt-out.....	136
14.4. O caso julgado nas ações coletivas transfronteiriças proposta em Portugal.....	141

14.5. O efeito vinculativo das decisões do Tribunal de Justiça e da Comissão	145
14.6. Decisões judiciais e administrativas como meios de prova.....	149
14.7. O aproveitamento dos efeitos decisórios resultantes da procedênci a de <i>ação coletiva</i> por consumidor cuja <i>ação individual</i> tenha sido jul gada improcedente.....	151
14.8. O efeito da <i>transação</i> realizada na ação coletiva; causa de pedir e caso julgado material; ausência (inadmissível) de um mecanismo de <i>recusa da transação</i> pelos titulares dos interesses em causa.....	153

CAPÍTULO II O FINANCIAMENTO DAS AÇÕES POR TERCEIROS

15. Os terceiros financiadores da ação coletiva, incluindo na ação coletiva arbitral Introdução.....	173
15.1. Desvantagens e vantagens da figura.....	183
15.2. O terceiro financiador e figuras afins. Fundo público de financia mento?.....	190
16. O financiamento por terceiros de uma ação onde estes não são partes	197
17. Breve análise comparatística: nos E.U.A. e na União Europeia.....	198
18. O <i>third party funding</i> e o acesso à justiça.....	200
19. O financiamento por terceiros nos termos da Diretiva da (UE) n.º 2020/1828 e a sua aplicação em Portugal.....	202
20. Algumas características do terceiro financiador.....	206
20.1. Independência da parte financiada face ao financiador.....	206
20.2. Transparência e não concorrência; transparência e divulgação....	207
20.3. Intervenção dos tribunais e das autoridades administrativas.....	208
20.4. Divulgação.....	209
20.5. Aprovação de alterações.....	209
20.6. Independência <i>versus</i> influência do terceiro financiador no processo	210
20.7. Remuneração do financiador.....	212
20.8. Não concorrência.....	216
21. O âmbito da regulamentação existente em Portugal.....	216
22. Fixação e repartição das custas.....	217
23. O contrato de financiamento e os possíveis impactos deste regime jurí dico de financiamento na arbitragem internacional.....	219
24. Conclusão sobre o financiamento de ações coletivas por terceiros.....	228
Bibliografia.....	231
Índice.....	243



GESTLEGAL

www.gestlegal.pt • editora@gestlegal.pt